Inclusão em ação:

promovendo
a **diversidade**
e a **igualdade**

3

Rosana Maria dos Santos
(Organizadora)

Atena Editora
Ano 2024

Inclusão em ação:

promovendo
a **diversidade**
e a **igualdade**

3

Rosana Maria dos Santos
(Organizadora)

Atena Editora
Ano 2024

CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS APLICADAS

Editora chefe
Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Editora executiva
Natalia Oliveira
Assistente editorial
Flávia Roberta Barão
Bibliotecária
Janaina Ramos
Projeto gráfico
Camila Alves de Cremo
Ellen Andressa Kubisty
Luiza Alves Batista
Nataly Evilin Gayde
Thamires Camili Gayde
Imagens da capa
iStock
Edição de arte
Luiza Alves Batista

2024 *by Atena Editora*
Copyright © Atena Editora
Copyright do texto © 2024 Os autores
Copyright da edição © 2024 Atena Editora
Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.
Open access publication by Atena Editora

Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial
Ciências Humanas e Sociais Aplicadas
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
Prof. Dr. Alexandre de Freitas Carneiro – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Profª Drª Ana Maria Aguiar Frias – Universidade de Évora
Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa
Prof. Dr. Antonio Carlos da Silva – Universidade de Coimbra
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Caroline Mari de Oliveira Galina – Universidade do Estado de Mato Grosso
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant'Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Profª Drª Geuciane Felipe Guerim Fernandes – Universidade Estadual de Londrina
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadilson Marinho da Silva – Secretaria de Educação de Pernambuco
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Jodeylson Islony de Lima Sobrinho – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México
Profª Drª Juliana Abonizio – Universidade Federal de Mato Grosso
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Kátia Farias Antero – Faculdade Maurício de Nassau
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal do Paraná
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Lucicleia Barreto Queiroz – Universidade Federal do Acre
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Universidade do Estado de Minas Gerais
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Marianne Sousa Barbosa – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Marcela Mary José da Silva – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso
Prof. Dr. Pedro Henrique Máximo Pereira – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste

Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Federal da Bahia / Universidade de Coimbra
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS APLICADAS

Inclusão em ação: promovendo a diversidade e a igualdade 3

Diagramação: Ellen Andressa Kubisty
Correção: Maiara Ferreira
Indexação: Amanda Kelly da Costa Veiga
Revisão: Os autores
Organizadora: Rosana Maria dos Santos

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

I37 Inclusão em ação: promovendo a diversidade e a igualdade 3 / Organizadora Rosana Maria dos Santos. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2024.

Formato: PDF
Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader
Modo de acesso: World Wide Web
Inclui bibliografia
ISBN 978-65-258-2455-0
DOI: https://doi.org/10.22533/at.ed.550240204

1. Inclusão social. I. Santos, Rosana Maria dos (Organizadora). II. Título.

CDD 305.90691

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná – Brasil
Telefone: +55 (42) 3323-5493
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.

CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS APLICADAS

DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código Penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access, desta forma* não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce,* ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.

O livro: 'Inclusão em ação: promovendo a diversidade e a igualdade 3' oferece ao leitor quatro pesquisas no campo da inclusão. Ao ler as pesquisas que compõem esta obra, podemos perceber que elas são comprometidas com a diversidade de análises e dedicadas em discutir ideias que possam diminuir as desigualdades e discriminações veladas e declaradas na sociedade.

É válido destacar que, este e-book tem sua origem vinculada as reflexões de diferentes pesquisadores e grupos de pesquisas de diversas regiões do país, que não mediram esforços para estabelecer um diálogo com todos os que desejam adquirir mais conhecimento sobre a temática da inclusão e suas complexidades. A obra também pretender unir forças, reduzir tensões e fomentar novos estudos e análises sobre novas ideias que possam contribuir para a construção de uma sociedade mais acolhedora e empática com as diferenças.

Em tempos de globalização e exclusão, o artigo: *Construindo pontes com a inteligência artificial: por uma educação inclusiva e acolhedora à comunidade LGBTQIA+*, traz valiosas contribuições para a criação de ambientes educacionais acolhedores para pessoas de diversas orientações sexuais e identidades de gênero. Em seguida, o texto '*Processos inclusivos para estudantes com necessidade educacionais especificas nos cursos superiores de da educação profissional*' nos apresenta um breve histórico sobre o atendimento ao estudante com necessidade educacional específica no âmbito do ensino superior, modalidade de ensino historicamente marcada pela exclusão de acesso e permanência.

Saindo dos espaços acadêmicos, o texto intitulado: *Centro-dia – estratégia de convivência e pertencimento,* nos convida a conhecer a rotina e estrutura das ações desenvolvidas no Centro-dia, órgão ligado à Secretaria dos Direitos da Pessoa com Deficiência de Barueri/SP. Para ampliar o debate, o artigo *Embolização de varizes pélvicas*, analisa a questão da inclusão social através do acesso a saúde preventiva, ação de suma importância a consolidação do acesso a igualdade de direitos na sociedade.

Assim, como podemos observar, os pesquisadores que participam deste livro apresentam metodologias de pesquisas plurais e uma diversidade de questões e inquietações sobre a inclusão na contemporaneidade. O e-book, nos convida a pensar em um novo projeto de sociedade, mais inclusivo e plural.

Boa leitura a todos!

Rosana Maria dos Santos

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1

CONSTRUINDO PONTES COM A INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL: POR UMA EDUCAÇÃO INCLUSIVA E ACOLHEDORA À COMUNIDADE LGBTQIA+

Data de aceite: 01/04/2024

Luciano Feliciano de Lima
Doutor em Educação Matemática pela Unesp – Rio Claro, Professor do Curso de Matemática da Universidade Estadual de Goiás – UEG – GO

Guilherme Jansen Lacerda das Mercês
Mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências e Matemática da Unifesp - SP

Jordana de Sena Campos
Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências e Matemática da Unifesp - SP

RESUMO: O presente artigo tem por objetivo investigar possíveis contribuições da inteligência artificial (IA) na construção de ambientes educacionais inclusivos e acolhedores para a comunidade LGBTQIA+. Para isso, empregou-se uma metodologia de natureza qualitativa interpretativa, consubstanciada em uma revisão sistemática da literatura com o intuito de elucidar o cenário educacional relativo a estudantes pertencentes ao grupo LGBTQIA+. A partir deste mapeamento, a investigação visou propor estratégias pedagógicas para fomentar uma educação inclusiva direcionada a este grupo específico. Notavelmente, um dos recursos tecnológicos explorados para viabilizar tal inclusão foi a Inteligência Artificial (IA), em particular, a aplicação do modelo ChatGPT como ferramenta educacional auxiliar. O referencial teórico baseia-se em literatura sobre educação inclusiva, inteligência artificial na educação e direitos LGBTQIA+. Os resultados indicam que a utilização da IA pode efetivamente ajudar na criação de espaços de aprendizagem mais inclusivos, contribuir com a identificação de casos de discriminação, pode auxiliar com o planejamento de atividades pedagógicas inclusivas e facilitar discussões construtivas sobre diversidade e inclusão. No entanto, também se observou que a eficácia dessas tecnologias depende fortemente do contexto em que são aplicadas e da formação dos educadores envolvidos. Além disso, entende-se que a IA tem potencial significativo para melhorar a inclusão e o bem-estar dos estudantes LGBTQIA+, mas há a necessidade de diretrizes éticas e treinamento para educadores na aplicação dessas tecnologias.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Inclusiva, Inteligência Artificial, Comunidade LGBTQIA+, Educação Crítica, Tecnologia Assistiva.

INTRODUÇÃO

A Inteligência Artificial (IA) tem emergido como uma ferramenta poderosa na transformação da educação, oferecendo oportunidades para personalização, inclusão e inovação. Este artigo explora as potencialidades da IA na criação de espaços educacionais acolhedores para a comunidade LGBTQ+. Em um mundo cada vez mais conectado, a necessidade de uma educação solidária torna-se premente, e a IA pode ser um catalisador nesse processo.

A solidariedade, conforme descrita por Freire (1978), é um princípio fundamental que busca encontrar soluções "com o povo, nunca apenas para ele ou sobre ele". É uma prática que se opõe ao assistencialismo, que transforma a pessoa em objeto passivo, sem possibilidade de participar do processo de sua própria (re)construção (Streck et al., 2010). A IA, quando aplicada com sensibilidade e consciência, pode ser uma ferramenta para promover essa participação ativa e responsável.

A relevância de uma educação solidária é evidenciada na visão de Freire sobre a solidariedade como uma força intrinsecamente relacionada com uma cultura do público, sem submissões e mutismos (Streck et al., 2010). A IA pode ser usada para criar espaços educacionais que promovam o diálogo, a responsabilidade e a participação, elementos essenciais para uma sociedade radicalmente democrática.

Na perspectiva de Freire, a solidariedade constitui um ambiente propício para uma educação verdadeiramente democrática e solidária (Streck et al., 2010). Essa abordagem está profundamente enraizada no conceito de conscientização, que Freire compreende como um processo de despertar crítico e reflexivo, essencial para a prática da educação libertadora. A conscientização envolve o reconhecimento e a análise das realidades sociais, políticas e econômicas, permitindo aos indivíduos agirem de maneira transformadora em suas vidas e comunidades (Freitas, 2010). A Inteligência Artificial (IA) tem o potencial de enriquecer a vivência da solidariedade, facilitando experiências de aprendizagem colaborativa e inclusiva, particularmente em comunidades marginalizadas, como a LGBTQIA+. Contudo, é vital reconhecer que a genuína solidariedade pode ser abafada em uma sociedade onde as pessoas são oprimidas pelo poder (Streck et al., 2010). Neste contexto, a IA deve ser empregada com discernimento e ética, rejeitando abordagens paternalistas e incentivando a participação ativa e o crescimento intelectual. A conscientização, portanto, surge como uma orientação ética e pedagógica para garantir que a tecnologia seja utilizada de maneira a fomentar a liberdade, a inclusão e a justiça social.

Mas, por que pensar em uma educação inclusiva para pessoas LGBTQIA+? Por exemplo, podemos responder com uma busca no Google feita no dia 22 de agosto de 2023 com a utilização do descritor "Brasil ranking assassinato pessoas trans" com aproximadamente 14.800.000 de resultados. Isso revela uma realidade assustadora e

inaceitável que transcende os números. O Brasil é, infelizmente, líder no ranking de mortes de pessoas trans e travestis no mundo pelo 14º ano consecutivo (Cristaldo, 2023; DW, 2023). Essa estatística alarmante não é apenas um número, mas uma representação da violência, discriminação e marginalização que a comunidade LGBTQIA+ enfrenta diariamente.

A educação inclusiva para pessoas LGBTQIA+ não é apenas uma questão de justiça social, mas uma necessidade urgente para combater a violência e promover o respeito e a valorização da diversidade. A realidade das pessoas trans e travestis no Brasil é marcada por uma expectativa de vida de apenas 35 anos, com 76% das vítimas sendo negras e a maioria atuando como profissionais do sexo (DW, 2023). Esses dados refletem uma sociedade que falha em proteger e valorizar as vidas de seus cidadãos mais vulneráveis.

A tragédia dos assassinatos e violências contra pessoas trans e travestis no Brasil representa uma oportunidade de mudança (Cristaldo, 2023). A educação, enriquecida pelo conceito de empoderamento, tem o poder de transformar a sociedade, promovendo a empatia, o respeito, a compreensão e a ativação da potencialidade criativa dos indivíduos (Guareschi, 2010). A inclusão de pessoas LGBTQIA+ no espaço educacional, apoiada por uma abordagem de empoderamento, é um passo vital para a criação de uma sociedade mais justa e acolhedora.

A ausência de ações de enfrentamento da violência contra pessoas LGBTQIA+ e a falta de dados precisos contribuem para um cenário impreciso e perigoso (Cristaldo, 2023). A educação inclusiva, orientada pelo princípio do empoderamento, pode ser uma parte vital da solução, fornecendo não apenas conhecimento, mas também promovendo a empatia e o respeito pela diversidade. Promover uma educação inclusiva que respeite e valorize a diversidade, especialmente em relação às pessoas LGBTQIA+, reside na necessidade de construir uma sociedade mais justa, democrática e tolerante. Essa necessidade é enfatizada e apoiada por várias leis e regulamentos que estabelecem princípios fundamentais de igualdade, respeito, liberdade e inclusão.

A Constituição Federal do Brasil, por exemplo, estabelece a igualdade de todos perante a lei e a igualdade de condições para o acesso e permanência na escola (BRASIL, 1988). Esses princípios são reforçados pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), que enfatiza a liberdade de aprender e ensinar, o pluralismo de ideias, o respeito à liberdade, a tolerância e a gestão democrática do ensino público (Brito, 2022). Além disso, a Lei 14.382/22, que altera o Estatuto da Juventude, reconhece e valoriza as diversas identidades de gênero e orientações sexuais, promovendo políticas públicas para prevenir e enfrentar a violência contra as pessoas LGBTQIA+ (Brasil, 2022). Mesmo em uma perspectiva internacional, como o Decreto-Lei n.º 54/2018 de Portugal, a inclusão é vista como um processo que responde à diversidade das necessidades e potencialidades de todos os alunos (Diniz, 2020).

Promover uma educação inclusiva para pessoas LGBTQIA+ tem fundamento na legislação e nos princípios éticos que buscam garantir os direitos humanos, combater a discriminação e promover uma sociedade mais inclusiva e solidária. O empoderamento, como conceito central à prática educacional freiriana, desempenha um papel crucial na visibilização respeitosa e na inclusão efetiva de pessoas trans, contribuindo para uma transformação social mais profunda e sustentável.

PERCURSO TRILHADO

Na presente pesquisa, empregou-se uma metodologia de natureza qualitativa interpretativa, consubstanciada em uma revisão sistemática da literatura. O objetivo central dessa abordagem foi elucidar o cenário educacional relativo a estudantes pertencentes ao grupo LGBTQIA+ e, a partir deste mapeamento, propor estratégias pedagógicas para fomentar uma educação inclusiva direcionada a este grupo específico. Notavelmente, um dos recursos tecnológicos explorados para viabilizar tal inclusão foi a Inteligência Artificial (IA), em particular, a aplicação do modelo ChatGPT como ferramenta educacional auxiliar.

Para selecionar os trabalhos, no dia 22 de agosto de 2023, realizamos uma busca sistemática na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), utilizando as palavras-chave "Educação + LGBT + IA". O problema de pesquisa gira em torno da relevância social do tema, particularmente a necessidade de promover uma educação inclusiva que respeite e valorize a diversidade, especialmente em relação às pessoas LGBTQIA+. A pergunta norteadora deste estudo é: "Como a Inteligência Artificial pode ser utilizada para criar espaços educacionais acolhedores e inclusivos para a comunidade LGBTQIA+, à luz dos princípios de conscientização e solidariedade de Paulo Freire?".

Os dados coletados foram organizados em uma matriz de análise com informações estruturadas em colunas assim definidas: autor(es), ano, título, objetivo, sujeitos, metodologia, resultados e, apontamentos para a educação. Esta configuração serviu para uma análise sistemática e comparativa dos estudos que tínhamos selecionado, contribuindo para examinar a literatura, permitindo-nos identificar padrões, discernir tendências e, crucialmente, descobrir lacunas ainda não preenchidas.

Para aprimorar ainda mais nosso processo de pesquisa e leitura, recorremos à tecnologia de Inteligência Artificial, mais especificamente à plataforma Docalysis. Segundo Ludemir (2021), ela poderia ser classificada como uma "IA focada" ou "fraca". Esta nomenclatura não diminui sua importância; pelo contrário, ela destaca a especialização da plataforma. A Docalysis é uma ferramenta afiada, cuja funcionalidade se concentra em tarefas altamente específicas: analisar documentos e fornecer respostas a perguntas com base em seu respectivo conteúdo.

A análise de conteúdo foi realizada de acordo com Bardin (2016), através de uma abordagem analítico-sintética. Isso envolveu a identificação de categorias temáticas, a

análise das relações entre elas e a síntese dos principais resultados. O texto analítico-sintético apresenta as principais contribuições e limitações dos trabalhos analisados e suas implicações para a educação sexual e para a diversidade sexual e de gênero na escola. Por fim, apontaremos possíveis atividades, com a utilização de Inteligência Artificial, mais especificamente o ChatGPT, que possam contribuir com uma reflexão acerca da inclusão de pessoas LGBTQIA+ na escola.

DIVERSIDADE SEXUAL E DE GÊNERO NAS ESCOLAS: UMA ANÁLISE CRÍTICA

Vivenciamos uma era marcada por divisões e desafios crescentes na luta pela igualdade e aceitação, o campo da educação torna-se um terreno crítico para examinar e cultivar a inclusão e a diversidade. É impossível dissociar a educação da sociedade em que está inserida, e assim, a necessidade de uma abordagem crítica, humanizada e consciente se torna cada vez mais premente. Neste contexto, a inclusão de pessoas LGBTQIA+ no espaço escolar não é apenas uma questão de justiça social, mas um imperativo ético e pedagógico que exige reflexão profunda e ação comprometida.

A seguir, discutimos o trabalho de pesquisadores que investigaram diferentes aspectos da experiência LGBTQIA+ na educação. Estes estudos iluminam as complexas dinâmicas de poder, identidade e cultura que moldam a vida nas escolas e propõem caminhos para uma educação mais inclusiva e transformadora. Eles ecoam os princípios de uma concepção crítica de educação e abrem caminho para uma reflexão mais profunda sobre como podemos pensar em propostas de atividades para um trabalho com o ChatGPT, como um meio para promover a inclusão de pessoas LGBTQIA+ no espaço escolar.

Neves (2020) investigou as vivências de adolescentes LGBTQIA+ nas escolas de educação básica, apontando para os desafios de bullying e exclusão. A pesquisa propõe uma educação mais inclusiva e reflexiva, alinhada aos princípios da conscientização, que, segundo Freire, envolve o reconhecimento crítico e reflexivo das realidades sociais (Freitas, 2010). Nela se revela um cenário preocupante onde adolescentes LGBTQIA+ enfrentam bullying, preconceito e exclusão social. Essas dificuldades ressoam como um grito por solidariedade, um apelo para que a educação seja um ato de amor e compromisso, fundamentado na prática de encontrar soluções com o povo, em vez de apenas para ele (Freire, 1978).

A proposta de Neves (2020) para a formação de professores em questões de gênero e sexualidade reflete a necessidade de abraçar a diversidade e incorporar o tema nos currículos, não como uma adição superficial, mas como parte integrante de uma educação inclusiva. A abordagem qualitativa de Neves (2020), utilizando questionários, rodas de conversa e entrevistas, é uma prática democrática para ouvir os participantes, alinhada com o conceito de empoderamento, que visa ativar a potencialidade criativa dos indivíduos (Guareschi, 2010).

Freitas (2019) buscou compreender as experiências escolares de jovens LGBTQIA+ em Taguatinga, enfatizando a importância do protagonismo juvenil. A pesquisa propõe uma abordagem emancipadora, alinhada com uma perspectiva de educação crítica. Os resultados da pesquisa indicam a importância de práticas educacionais que reconheçam e valorizem a diversidade sexual e promovam a transformação social, em que o protagonismo juvenil é essencial. O trabalho aponta que a educação deve ser emancipadora e participativa, com a inclusão das temáticas relacionadas à diversidade sexual e de gênero como um fator de proteção e valorização da vida, expressando o sentido mais profundo de solidariedade como concebido por Freire.

Silva (2020) interrogou as compreensões e as práticas docentes frente à lgbtfobia na escola. Os sujeitos incluíram estudantes, professores, gestores e outros indivíduos relacionados ao contexto escolar. Os resultados focam na importância de abordar questões de gênero e sexualidade no contexto escolar, bem como na necessidade de envolver professores e alunos em debates e atividades relacionadas, promovendo o empoderamento e a conscientização.

Nossa análise dos trabalhos indica que Neves (2020), Freitas (2019) e Silva (2020) podem ser agrupados como "Experiências e Desafios de LGBTQIA+ na Educação". Esses estudos, quando vistos através das lentes dos conceitos de conscientização, empoderamento e solidariedade de Freire, representam uma chamada à ação para uma educação que seja verdadeiramente inclusiva, crítica e solidária. Cada um destes trabalhos contribui para uma compreensão mais rica das necessidades e aspirações da comunidade LGBTQIA+ no ambiente educacional, enfatizando os princípios de igualdade, respeito e inclusão.

Café (2019) investigou discursos lgbtfóbicos em escolas públicas, utilizando métodos como entrevistas semiestruturadas e análise documental. O estudo identificou estratégias ideológicas e mecanismos linguístico-discursivos usados para naturalizar a cisgeneridade e a heterossexualidade como normas. Café (2019) enfatiza a necessidade de uma formação crítica dos professores e a importância de tratar questões de diversidade sexual no ensino, o que ecoa com o conceito freiriano de conscientização, que visa promover uma educação crítica e reflexiva (Freitas, 2010).

Por sua vez, Jacó (2019) focou na Escola Sem Homofobia, analisando a polarização dos discursos parlamentares. O estudo revela uma guerra cultural em que a escola se torna um campo de batalha para valores e visões de mundo divergentes. A pesquisa aponta que essa polarização é exacerbada em cenários de crise política ou econômica. Aqui, o conceito de empoderamento de Freire é relevante, pois sugere a necessidade de ativar a potencialidade criativa dos indivíduos, tornando-os agentes ativos em debates sociais e políticos (Guareschi, 2010).

Ambos os trabalhos podem ser categorizados sob o tema "Discurso e Ideologia", pois examinam como a linguagem e as ideias moldam percepções e atitudes em relação

à diversidade sexual em ambientes educacionais. Eles ressoam com o conceito freiriano de solidariedade, que enfatiza a necessidade de encontrar soluções "com o povo" e contraria abordagens assistencialistas que impedem o exercício da responsabilidade e da consciência crítica (Adams, 2010). Esses estudos ilustram a interconexão entre linguagem, discurso, ideologia e atitudes socioculturais, e como a conscientização, o empoderamento e a solidariedade podem ser caminhos para enfrentar os desafios e complexidades associados à diversidade sexual na educação.

Domingos (2021) investigou a formulação de políticas públicas voltadas para a diversidade de gênero e sexualidade no Distrito Federal. A pesquisa examinou tanto o ativismo quanto a contribuição dos professores na elaboração dessas políticas, buscando entender os mecanismos e estratégias que os influenciam. Os docentes focados pertencem à Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (SEEDF), particularmente aqueles associados à Subsecretaria de Formação Continuada dos Profissionais da Educação (EAPE) e à Subsecretaria de Educação Básica (SUBEB). Aqui, é crucial destacar o papel da "conscientização" na atuação desses docentes. A conscientização, como prática de despertar crítico (Freitas, 2010), é um veículo pelo qual esses educadores podem engajar-se em uma prática educacional transformadora.

Santos (2018), por sua vez, conduziu uma análise rigorosa da integração e aceitação das questões de gênero e sexualidade nas políticas educacionais. A pesquisa explorou as experiências de pessoas trans e travestis em Campos dos Goytacazes/RJ, entre 1990 e 2017. Santos examina as estratégias e negociações que essas pessoas empregam para resistir ao poder cisnormativo e criar suas próprias identidades. O "empoderamento", nesse contexto, surge como um conceito central que visa ativar a potencialidade criativa de alguém (Guareschi, 2010).

Ele funciona como uma ferramenta para a autoafirmação e para desafiar estruturas de poder estabelecidas.

Ambos os trabalhos, Domingos (2021) e Santos (2018), podem ser agrupados sob o tema "Políticas Públicas e Ativismo" devido ao seu foco na diversidade de gênero e sexualidade na educação. O conceito de "solidariedade", conforme delineado por Freire, pode servir como um pilar ético e prático para essas políticas e ativismos (Adams, 2010). A solidariedade implica em encontrar soluções com o povo, em contraposição ao assistencialismo, e pode atuar como um mecanismo para fomentar a participação ativa e a responsabilidade social.

A seguir refletimos sobre "como a Inteligência Artificial (IA) pode ser utilizada para criar espaços educacionais acolhedores e inclusivos para a comunidade LGBTQIA+" à luz dos conceitos freirianos de conscientização e solidariedade.

CONSCIENTIZAÇÃO E SOLIDARIEDADE: INCLUSÃO DE PESSOAS LGBTQIA+ COM IA (CHATGPT)

O surgimento em ascensão da Inteligência Artificial (IA) desempenha uma função crucial na transformação do domínio educacional, oferecendo estratégias inéditas para abordar desafios intrincados. Este desenvolvimento tecnológico facilita a instauração de espaços pedagógicos que não apenas acolhem, mas também incluem diversos grupos sociais, com destaque para a comunidade LGBTQIA+. Quando inserida no contexto do marco teórico proposto por Paulo Freire, que valoriza a conscientização e a solidariedade, a implementação da IA pode ocorrer de maneira ética e com responsabilidade social.

Cabe dizer que o conceito de conscientização, conforme elucidado por Freitas (2010), incide sobre uma compreensão crítica da realidade, abrindo caminho para uma prática educativa emancipatória. Em contrapartida, o princípio de solidariedade, focalizado na colaboração e no entendimento recíproco, foi examinado por Adams (2010). Deste modo, a IA não somente oferece ferramentas práticas para a inclusão, mas também se alinha com abordagens pedagógicas que visam a justiça social e a equidade.

Na busca por modelos de Inteligência Artificial (IA) capazes de facilitar a interação textual natural, o foco recai sobre modelos especializados em geração de texto. Especificamente, a investigação se concentra no ChatGPT-3.5, um modelo de linguagem desenvolvido pela OpenAI. Este algoritmo tem a capacidade de processar e gerar textos coerentes com base nos dados de entrada e parâmetros fornecidos, abrangendo a geração de respostas a perguntas, elaboração de explicações, criação de conteúdo textual criativo e assistência em tarefas de redação.

No contexto educacional, o ChatGPT apresenta o potencial de ser um facilitador em discussões entre estudantes, promovendo não apenas o entendimento mútuo, mas também a empatia. Por exemplo, o modelo pode atuar como moderador em fóruns de discussão que abordam temas como diversidade e inclusão. Tal moderação seria especialmente relevante para estimular a reflexão crítica e a conscientização acerca de questões ligadas à comunidade LGBTQIA+, alinhando-se assim aos princípios freirianos que enfatizam a educação como prática de liberdade e conscientização.

O ChatGPT possui o potencial de atuar como uma figura mentorada, oferecendo orientação e suporte individualizado para os estudantes. Este papel envolve a customização de instruções de acordo com as necessidades específicas de cada aluno, uma prática que fomenta uma abordagem pedagógica tanto inclusiva quanto solidária. Este enfoque está em consonância com os princípios freirianos que destacam a importância da solidariedade na educação, conforme analisado por Adams (2010).

Adicionalmente, o modelo de IA tem a capacidade de gerar conteúdo educacional adaptado que trata de temas relacionados à comunidade LGBTQIA+ de forma sensível e inclusiva. Este processo pode englobar a elaboração de materiais didáticos destinados a

estimular a conscientização e a solidariedade. Deste modo, a utilização do ChatGPT pode contribuir para a garantia de um ambiente educacional mais acolhedor e inclusivo, alinhado aos preceitos freirianos que valorizam uma educação emancipatória e justa.

É relevante enfatizar que o ChatGPT tem o potencial de funcionar como um recurso auxiliar na assistência a estudantes LGBTQIA+ na identificação e abordagem de situações de estigmatização e discriminação com base em orientação sexual e identidade de gênero. Por meio de diálogos ponderados e questionamentos focados, a tecnologia de IA pode facilitar a compreensão e articulação das experiências de lgbtfobia vivenciadas pelos estudantes.

Ademais, no evento de alunos se depararem com incidentes de assédio ou discriminação, a plataforma de IA poderia fornecer orientação na composição de uma denúncia fundamentada, destinada aos profissionais competentes na instituição educacional. Tal assistência é imperativa, pois auxilia na formalização e visibilização do problema, viabilizando a implementação de medidas corretivas adequadas.

Se tais denúncias forem negligenciadas pela instituição, o ChatGPT pode prover instruções adicionais sobre métodos para amplificar suas reivindicações e procurar respaldo em outros âmbitos sociais e jurídicos. Essa dimensão é particularmente crucial, visto que a omissão institucional pode perpetuar um discurso nocivo, insinuando que violações morais e/ou físicas contra indivíduos LGBTQIA+ podem transcorrer sem consequências.

Consequentemente, o ChatGPT não apenas serve como um canal para que os estudantes LGBTQIA+ articulem suas experiências e busquem justiça, mas também se configura como um instrumento educacional capaz de contribuir para a desconstrução de preconceitos e para a instauração de um clima escolar mais respeitoso e inclusivo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É imperativo destacar a relevância da inclusão de indivíduos LGBTQIA+ no âmbito educacional, uma prática que se alinha aos princípios freirianos de conscientização e solidariedade. Paulo Freire defendia a perspectiva de que a educação deveria servir como um catalisador para a emancipação e o fortalecimento individual e coletivo. Nesse contexto, o conceito de empoderamento adquire particular significância.

Semelhante à filosofia de Freire, o empoderamento no contexto LGBTQIA+ engloba a capacitação de pessoas para que compreendam sua própria identidade e confrontem obstáculos discriminatórios. A educação, neste sentido, atua como um veículo para o desenvolvimento do autodescobrimento e da autoafirmação. Ao fornecer os meios para que os indivíduos analisem sua própria condição social, questionem estruturas opressivas e atuem como agentes de transformação, a educação se configura como um mecanismo crucial para a promoção de vidas e comunidades mais justas e inclusivas.

A incorporação da Inteligência Artificial, especificamente através do uso do ChatGPT, revela um potencial transformador na efetivação da educação inclusiva voltada para a comunidade LGBTQIA+. Utilizando uma abordagem que é ao mesmo tempo sensível, bem fundamentada e ética, essa forma de IA pode se tornar um recurso valioso na instauração de ambientes educacionais que se caracterizam por sua inclusividade e acolhimento. É crucial esclarecer que, por ser uma tecnologia de IA, o ChatGPT não detém uma compreensão ou consciência autêntica das tarefas de geração de texto, as quais são estruturadas com base em padrões e dados existentes em seu treinamento.

Por meio da customização da experiência de aprendizagem, do acesso a informações pertinentes, do fomento ao diálogo reflexivo, do combate a estereótipos e do suporte ao ativismo, a IA tem o potencial de conferir aos estudantes LGBTQIA+ uma maior autonomia, voz e conhecimento. Tais práticas ressoam com os princípios freirianos de conscientização e solidariedade, possibilitando que os alunos não apenas internalizem informações, mas também as submetam a uma análise crítica, estabeleçam diálogos empáticos e atuem de maneira colaborativa.

Com a implementação desses elementos, concebe-se uma visão de educação inclusiva que aspira a um ambiente educacional onde indivíduos LGBTQIA+ se sintam habilitados a expressar sua identidade, promover mudanças sociais e questionar estruturas discriminatórias. Essa perspectiva educacional não se restringe ao espaço físico da sala de aula; ela transcende para a construção de uma sociedade que se pauta pela justiça, tolerância e solidariedade.

REFERÊNCIAS

ADAMS, T. SOLIDARIEDADE. In: STRECK, D. R.; REDIN, E.; ZITKOSKI, J. J. (orgs.). Dicionário Paulo Freire. 2. ed., rev. ampl. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010. BARDIN, L. Análise de Conteúdo. São Paulo: Edições 70, 2016.

BRASIL. Constituição. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/lgbt

BRITO, J. F. O. A Lei 14.382/22 e o avanço para a comunidade LGBTQIA+. Migalhas de Peso, 2022. Disponível em: https://www.migalhas.com.br/depeso/369064/a-lei-14-382-22-e- o-avanco-para-a-comunidade-lgbtqia

BRASIL. Lei nº 14.382, de 26 de maio de 2022. Altera a Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013 (Estatuto da Juventude), para incluir entre os direitos dos jovens o reconhecimento e a valorização das diversas identidades de gênero e orientações sexuais, bem como a promoção de políticas públicas voltadas para a prevenção e o enfrentamento à violência contra as pessoas LGBTQIA+.

CAFÉ, Leonardo da Cunha Mesquita. O Discurso LGBTIfóbico na escola. 2019. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade de Brasília, Brasília, 2019.

CRISTALDO, H. (2023). Brasil é o país com mais mortes de pessoas trans no mundo, diz dossiê. Agência Brasil. Disponível em https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos- humanos/noticia/2023-01/brasil-e-o-pais-com-mais-mortes-de-pessoas-trans-no-mundo-diz- dossie

DINIZ, Y. Fundamentos e princípios da educação inclusiva. Imaginie Educação, 26/06/2020. Disponível em: https://educacao.imaginie.com.br/fundamentos-e-principios-da-educacao- inclusiva/

DOMINGOS, Cleverson de Oliveira. Ativismo Institucional nas Políticas Públicas para Educação em Gênero e Sexualidade no Distrito Federal. 2021. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade de Brasília, Brasília-DF, 2021.

DW. (2023). Brasil lidera ranking de mortes de pessoas trans. Disponível em https://www.dw.com/pt-br/brasil-lidera-ranking-de-mortes-de-pessoas-trans/a-64533930

FREITAS, Ana Lúcia Souza de. Conscientização. In: STRECK, Danilo R.; REDIN, Euclides; ZITKOSKI, Jaime José (orgs.). Dicionário Paulo Freire. 2. ed., rev. ampl. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010.

FREITAS, Sandra Carvalho Cavalcante. Histórias de vida de jovens LGBT inseridos em projetos de educação em sexualidade no âmbito escolar. 2019. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva) - Faculdade de Ciências da Saúde, Universidade de Brasília, Brasília, 2019.

JACÓ, Daniel Oliveira. Laicidade, Sexualidade e Conservadorismos Morais: Uma Análise de Discursos Parlamentares sobre o Caso Escola Sem Homofobia de 2010 a 2014. 2019. 143 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Instituto de Ciência Política, Universidade de Brasília, Brasília, 2019.

LUDERMIR, T. B. Inteligência Artificial e Aprendizado de Máquina: estado atual e tendências. Estudos Avançados, v. 35, n. 101, p. 85–94, abr. 2021. Disponivel em: https://www.scielo.br/j/ea/a/wXBdv8yHBV9xHz8qG5RCgZd/?format=pdf&lang=pt

NEVES, Amanda Araujo. Sobre-viver resistindo: adolescência LGBT+ na escola. 2020. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade de Brasília, Brasília, 2020.

SANTOS, Rafael França Gonçalves dos. Montagens de si: relações de amizade e experiências trans em Campos dos Goytacazes, 1990-2017. 2018. Tese (Doutorado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

SILVA, Luciano Marques da. Quem vê cara não vê orientação, nem a identidade de gênero: compreensões e práticas docentes frente às LGBTIfobias na escola. 2020. Tese (Doutorado em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares) - Instituto de Educação/Instituto Multidisciplinar, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020.

CAPÍTULO 2

PROCESSOS INCLUSIVOS PARA ESTUDANTES COM NECESSIDADE EDUCACIONAIS ESPECIFICAS NOS CURSOS SUPERIORES DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

Data de submissão: 26/02/2024 *Data de aceite: 01/04/2024*

Paulo Osni Silvério
IFSP Suzano
Suzano – SP
https://orcid.org/0009-0005-8117-0101

Ana Paula Turesso Pinto Pedroso
ETEC Jundiaí
Jundiaí – SP
https://orcid.org/0009-0002-3166-4451

Cecilia Souza de Jesus
ETEC Jundiaí
Jundiaí – SP
https://orcid.org/0009-0006-4707-0665

Cibele Sales da Silva
IFSP Suzano
Suzano – SP
https://orcid.org/0000-0003-3590-4336

Hilda Ramos Sobrinho
Unicsul
São Paulo – SP
https://orcid.org/0009-0000-1290-1533

Leandro Pinto Santana
IFSP São Paulo
São Paulo – SP
https://orcid.org/0000-0002-8230-3675

Nélio Fernando dos Reis
IFSP Jundiaí
Jundiaí – SP
https://orcid.org/0000-0002-1694-4917

Odival Alberto de Lima
ETEC Jundiaí
Jundiaí – SP
https://orcid.org/0009-0005-5566-5688

Pâmela de Souza Almeida
Secretaria de Estado da Educação SP
Suzano – SP
https://orcid.org/0009-0009-4014-5937

RESUMO: Esse capítulo traz um breve histórico sobre o atendimento ao estudante com necessidade educacional específica no ensino superior e as políticas de acesso e permanência no Brasil. Estudo sobre o papel do NAPNE, Nucleo de Apoio a Pessoas com Necessidades Especiais dentro da Rede Federal de Ensino e o seu atendimento em escolas específicas: formas de atendimento e organograma com setores e pessoas envolvidas. Este estudo concentrou-se nos alunos do Ensino Superior e teve como campo de Estudo da Educação Profissional e Tecnológica (EPT) o Instituto Federal de Educação Ciência de Tecnologia de São Paulo (IFSP) que atualmente conta com 38 campi e possui atualmente 55 cursos superiores entre Cursos Superiores de Tecnologia (CST),

Bacharelados e Licenciaturas. Propõe-se que o ensino superior aconteça em um espaço inclusivo de forma que as adaptações, tanto curriculares como arquitetônicas beneficiem a comunidade escolar como um todo e não apenas o estudante com necessidade educacional específica. As adaptações compreendem principalmente a formação da equipe de apoio que assistiria ao programa. Pelas suas peculiaridades além da equipe pedagógica e de assistência social, é necessária a presença de uma equipe multidisciplinar que componha o NAPNE e possa concentrar-se na avaliação das potencialidades do aluno diagnosticando quais áreas podem ser trabalhadas dentro das características de sua deficiência e quais adaptações são necessárias no currículo e nos laboratórios.
PALAVRAS-CHAVE: Políticas, Inclusão, Ensino Superior, Educação, Tecnologia.

INCLUSIVE PROCESSES FOR STUDENTS WITH SPECIFIC EDUCATIONAL NEEDS IN HIGHER EDUCATION PROFESSIONAL COURSES

ABSTRACT: This chapter provides a brief overview of the assistance provided to students with specific educational needs in higher education and the access and retention policies in Brazil. It examines the role of the NAPNE (Núcleo de Apoio a Pessoas com Necessidades Especiais) within the Federal Education Network, focusing on its services in specific schools, including forms of assistance and an organizational chart with sectors and individuals involved. This study focused on higher education students, with the field of study being Professional and Technological Education (PTE) at the Instituto Federal de Educação Ciencia e Tecnologia de São Paulo (IFSP), which currently has 38 campuses and offers 55 higher education courses, including Technology Bachelor's Degrees, Bachelor's Degrees, and Teaching Degrees. The proposal is for higher education to occur in an inclusive space, where adaptations, both in the curriculum and architecture, benefit the entire school community, not just students with specific educational needs. Adaptations primarily involve forming a support team for the program. Due to its unique characteristics, in addition to the pedagogical and social assistance team, the presence of a multidisciplinary team within NAPNE is necessary. This team focuses on assessing the student's strengths, diagnosing areas that can be worked on within the characteristics of their disability, and determining necessary curriculum and laboratory adaptations.
KEYWORDS: Policies, Inclusion, Higher Education, Education, Technology.

INTRODUÇÃO

Este capítulo oferece uma visão panorâmica do histórico do atendimento a estudantes com necessidades educacionais específicas no ensino superior, destacando as políticas de acesso e permanência no Brasil. Explora o papel essencial do NAPNE (Núcleo de Apoio a Pessoas com Necessidades Especiais) na Rede Federal de Ensino, focando seu suporte em escolas específicas, incluindo modalidades de atendimento e uma estrutura organizacional com setores e participantes identificados.

O estudo concentrou-se nos alunos do Ensino Superior, com o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo (IFSP) como campo de estudo na

Educação Profissional e Tecnológica (EPT), compreendendo 38 campi e oferecendo 55 cursos superiores, incluindo Cursos Superiores de Tecnologia (CST), Bacharelados e Licenciaturas. Propõe-se um ambiente inclusivo no ensino superior, visando benefícios abrangentes à comunidade escolar por meio de adaptações curriculares e arquitetônicas. Essas adaptações priorizam a formação de uma equipe de apoio ao programa, indo além da equipe pedagógica e de assistência social, demandando uma equipe multidisciplinar integrada ao NAPNE para avaliar as potencialidades dos alunos, diagnosticar áreas de intervenção com base nas características de suas deficiências e determinar adaptações necessárias no currículo e nos laboratórios.

DEFINIÇÕES

Entende-se como curso superior de tecnologia aquele adquirido por meio da educação profissional na modalidade do Ensino Superior que, conforme decreto nº 5.154 de 23 de julho de 2004:

> Art. 1o A educação profissional, prevista no art. 39 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), observadas as diretrizes curriculares nacionais definidas pelo Conselho Nacional de Educação, será desenvolvida por meio de cursos e programas de:
>
> - qualificação profissional, inclusive formação inicial e continuada de trabalhadores;
>
> I - educação profissional técnica de nível médio; e
>
> II - educação profissional tecnológica de graduação e de pós graduação. (BRASIL,2004).

Segundo Parecer CNE/CES Nº 436/2001: “Os cursos superiores de tecnologia parecem ressurgir como uma das principais respostas do setor educacional às necessidades e demandas da sociedade brasileira. ” (CNE/CES, 2001).

Já a educação especial, segundo a LDB, é uma modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para alunos com necessidades especiais. Quando necessária conta serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades. O atendimento educacional pode ser feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns de ensino regular. (BRASIL, 1996).

Alunos com necessidades especiais, segundo definição das Diretrizes Nacionais para a Educação Especial, regulamentada pela da Resolução CNE/CEB N°2 de 11 de setembro de 2001:

> Art. 5º Consideram-se educandos com necessidades educacionais especiais os que, durante o processo educacional, apresentarem:
>
> I - dificuldades acentuadas de aprendizagem ou limitações no processo de desenvolvimento que dificultem o acompanhamento das atividades curriculares, compreendidas em dois grupos:
>
> a) aquelas não vinculadas a uma causa orgânica específica;
>
> b) aquelas relacionadas a condições, disfunções, limitações ou deficiências;
>
> II – dificuldades de comunicação e sinalização diferenciadas dos demais alunos, demandando a utilização de linguagens e códigos aplicáveis;
>
> III - altas habilidades/superdotação, grande facilidade de aprendizagem que os leve a dominar rapidamente conceitos, procedimentos e atitudes. (CNE/CEB, 2001)

De acordo com a lei n.º 7.853, de 24 de outubro de 1989 "Ao Poder Público (...) cabe assegurar às pessoas portadoras de deficiência o pleno exercício de seus direitos básicos, inclusive dos direitos à educação (...) e de outros que (...) propiciem seu bem-estar pessoal, (...) inclusão, no sistema educacional, da Educação Especial como modalidade educativa que abranja (...) a habilitação e reabilitação profissionais" (art. 2º), portanto prevê educação profissional como princípio para o adolescente com necessidades especiais, tema principal deste texto.

A educação profissional garante o exercício da cidadania por meio da educação e formação profissional, além de possibilitar a qualificação que gerará uma oportunidade no mercado de trabalho. Para o estudante com necessidade educacional específica o ensino profissionalizante garante, além do já citado, a inclusão social e a integração com a sociedade, pois propicia uma interação com atividades relevantes para a sociedade e sua participação no processo de produção. Segundo Santos (SANTOS, 2001), integração significa a inserção da pessoa deficiente preparada para conviver na sociedade enquanto a inclusão é a modificação da sociedade como pré-requisito para a aceitação da pessoa com necessidades especiais buscar seu desenvolvimento e exercer a cidadania.

CONTEXTUALIZAÇÃO

A presente proposta visa estudar, à luz da atual legislação, e dentro das práticas que acontecem dentro da Rede Federal como é feito o atendimento do estudante com necessidade educacional específica dentro do curso Superior de Tecnologia, conhecido como "Superior Tecnólogo".

A Rede Federal chegou ao Estado de São Paulo em 1909, como Escola de Aprendizes Artífices, também, os nomes de Escola Técnica Federal de São Paulo e Centro Federal de Educação Tecnológica de São Paulo. Com a transformação em Instituto, em dezembro de 2008, passou a ter status de universidade, destacando-se pela autonomia.

Com a mudança, o Instituto Federal de São Paulo passou a destinar 50% das vagas para os cursos técnicos e, no mínimo, 20% das vagas para os cursos de licenciatura. E para complementar, oferta cursos de formação inicial e continuada, Superior de Tecnologias, Bacharelados e pós-graduação e possui atualmente cerca de 27 mil alunos matriculados nos 38 campi e 55 cursos superiores entre bacharelado, CST e licenciaturas em seu catálogo.

Campus	Cursos Técnicos	Licenciaturas	Cursos Superiores e outros
38	50% das vagas	20% das vagas	30% das vagas

Tabela 1: Estrutura da Rede Federal em São Paulo

Fonte: elaborado pelos autores

Há previsto dentro da estrutura o Núcleo de Atendimento ao Aluno com Necessidades Específicas (NAPNE) que trata exclusivamente de questões ligadas à inclusão, uma exigência do Ministério da Educação (MEC), que a partir de uma política do Ministério da Educação (MEC) ganhou status de Coordenação e passou a fazer parte, dentro do organograma, como setor ligado diretamente à Direção Geral dos Campus e também ganhou um setor dentro da Reitoria. Além do NAPNE, há um serviço de atendimento que é formado por uma equipe multidisciplinar com o objetivo de atender o aluno e integrá-lo dentro do contexto escolar, fazendo a ligação entre aluno x professor, aluno x escola e família x escola. Essa equipe multidisciplinar é formada por especialistas em Educação, Assistente Social e Psicólogo e professores, além da participação dos gestores do campus.

Vale ressaltar que ainda existe resistência dentro da cultura dos cursos superiores em receber alunos com deficiência dentro dos seus cursos superiores.

O ingresso nos cursos superiores em escolas da Rede Federal se dão via Sistema Único de Seleção (SISU) a partir do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), portanto só identifica o aluno na hora da matrícula, não há nenhum contato anterior, pois, todo o processo de seleção fica centralizado no Sisu.

napne

núcleo de apoio às pessoas
com necessidades
educacionais específicas

Figura 1: Logo do Núcleo de Atendimento à Pessoa com Necessidades Específicas

Fonte: www.ifsp.edu.br/napne

No logo do NAPNE (Figura 1) destaca-se a cor verde, simbolizando esperança, crescimento e desenvolvimento, junto à outros imagens e caracteres que representam a diversidade.

PROCEDIMENTOS

O processo de atendimento ocorreu com dois alunos, de formas distintas. A dinâmica ocorreu de forma diferente para cada aluno.

Em ambos os casos a questão chegou inicialmente ao NAPNE, que é o setor mais habilitado para tratar de aspectos inclusivos dos alunos. Também nota-se que em ambos os casos a presença da família foi essencial para um parecer inicial e quais medidas seriam necessárias posteriormente.



Figura 2: Fluxo de atendimento do NAPNE

Fonte: elaborado pelos autores

Este texto pretende contribuir com estudos sobre Educação Inclusiva. Propõe-se como alternativa para evitar experiências de fracasso escolar no Curso Superior de Tecnologia. Segundo Palhano:

> "No Brasil, a formação profissional da pessoa com deficiência vem sendo amplamente discutida no âmbito da Educação, a partir do pressuposto de que o trabalho se constitui em uma via de inclusão social da população com deficiência e, consequentemente, em uma forma de minimizar os problemas que a afligem" (PALHANO, 2004, p.2).

Documentos norteadores da prática e ações referentes à educação especial como a Declaração de Salamanca, Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e Declaração dos Direitos das Pessoas Deficientes citam a educação profissionalizante como direito, porém na publicação oficial do Ministério da Educação sobre educação especial intitulada "Educação Inclusiva" nenhum capitulo menciona o Ensino Profissionalizante.

> Por outro lado, a inclusão do deficiente no mercado de trabalho tem sido um assunto constante entre especialistas, como segue: Empregar pessoas com deficiência era tido como uma forma de exploração que deveria ser condenada por lei. Tais crenças eram resultantes não só da ideologia protecionista em relação a pessoas com deficiência, mas também do fato de que a medicina, a tecnologia e as ciências sociais ainda não haviam descoberto as possibilidades laborativas das pessoas com deficiência. (SASSAKI, 1986, p.17)

Como exposto no texto acima, num passado recente empregar pessoas com necessidades especiais era visto como exploração de trabalho. O deficiente era tido como alguém incapaz de pensar por si próprio, logo sem condições de interagir com a sociedade, portanto qualquer tarefa remunerada não era bem vista pela sociedade.

Nos últimos anos, com estudos avançados tanto no campo educacional como nas demais áreas como medicina, ciências sociais e o desenvolvimento de tecnologias, abriram-se inúmeras possibilidades do desenvolvimento profissional para o estudante com necessidade educacional específica com relação ao mercado de trabalho e a formação profissional. Porém, mesmo com este avanço ainda se faz necessário maiores investimentos no que diz respeito à integração no ensino superior do estudante com necessidade educacional específica:

Mais recentemente, as pessoas com deficiência têm sido excluídas do mercado de trabalho por outros motivos como, por exemplo: falta de reabilitação física e profissional, falta de escolaridade, falta de meios de transporte, falta de apoio das próprias famílias e falta de qualificação para o trabalho.

> Se a pessoa com deficiência não estiver profissionalmente qualificada, isto pode gerar uma importante barreira para ela obter um emprego, mas há um outro grave problema: a pessoa portadora de deficiência não logra resultados exitosos por estar distanciada das necessidades do mercado de trabalho, bem como dos novos processos de transformação do sistema produtivo. (SASSAKI 2004, p.3).

Além da qualificação profissional problemas pontuais como apoio da família e acessibilidade ainda necessitam ser superados. A presença e o acompanhamento da família são imprescindíveis durante todo o processo, pois, a afetividade que é essencial para o sucesso de qualquer intervenção, começa com a presença da mesma.

Em um passado recente, quando se falava em educação profissional para deficientes, pensava- se em atividades mecânicas como as oficinas abrigadas onde eram montadas uma linha de produção dentro da própria escola especial e os alunos passavam todo o período executando atividades repetitivas em escala, como montagem de vassouras, empacotamento de produtos e outros.

> Se a formação profissional for efetivada levando-se em conta o contexto social e histórico da humanidade, rompendo-se com práticas assistencialistas e filantrópicas que limitam o trabalho à reprodução artesanal e manual, poder-se-á oferecer à pessoa com deficiência a possibilidade de mediar suas relações no e com o mundo, constituindo-se o trabalho em uma via de inclusão social e criando-se possibilidades concretas para a sua própria humanização, a sua cidadania, a sua omnilateralidade. (SILVA, 2004, p. 5)

Numa visão inclusiva e integradora a educação profissional é ofertada de uma maneira diferente, onde ocorre uma humanização tanto na oferta do serviço como no ambiente de trabalho e as relações sociais. Reprodução manual e atividades mecanizadas são atividades que propiciam o condicionamento do sujeito, logo, não estabelecem relações de trabalho e cidadania, apenas o serviço em si.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É importante ressaltar que a educação profissional é uma ação educacional como todas as outras práticas educacionais, e para o adolescente com necessidades especiais que enfrentou durante a infância a experiência do fracasso escolar é imprescindível que mantenha todas as suas características humanizadoras, garantindo as interações sociais, a individualidade, participação de um grupo e todas as demais ações.

> Ao mesmo tempo em que me deparo com a exclusão dessas pessoas das práticas educacionais escolares, sou confrontada com a centralidade conferida à (e assumida pela) escola em suas vidas. Não há principalmente para a parte dessa população oriunda das classes sociais menos favorecidas, nenhuma outra ação de trabalho que ofereça a essas pessoas a oportunidade de inserção social, ou participar de um grupo, constituindo vínculos, aprendizagens e produzindo de forma que lhes confira possibilidade de ser, de existir como pessoa. (CARVALHO, 2006, p.12)

Propõe-se que o ensino superior aconteça em um espaço inclusivo de forma que as adaptações, tanto curriculares como arquitetônicas beneficiem a comunidade escolar como um todo e não apenas o estudante com necessidade educacional específica. As adaptações compreendem principalmente a formação da equipe de apoio que assistiria ao programa. Pelas suas peculiaridades, além da equipe pedagógica e de assistência social, é necessária a presença de uma equipe multidisciplinar que componha o NAPNE e que possa instruir na avaliação das potencialidades do aluno, diagnosticando quais áreas podem ser trabalhadas dentro das características de sua deficiência e quais adaptações são necessárias no currículo e nos laboratórios.

REFERÊNCIAS

BRASIL, **Constituição da República Federativa do Brasil**. Departamento de Imprensa Nacional. Brasília, MEC, 1988.

________, **Convenção de Guatemala.** *Convenção da Organização dos Estados Americanos*. DECRETO Nº 3.956, de 8 de outubro de 2001. Brasília, 2001.

________ , **Convenção ONU Sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência.** *Protocolo Facultativo à Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência*. Departamento de Imprensa Nacional. Brasília, 2007.

________, **Declaração dos Direitos das Pessoas Deficientes.** Departamento de Imprensa Nacional. Brasília, 1975.

________. **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básic**a. Resolução Conselho Nacional de Educação /Câmara de Educação Básica Nº 02/2011. Brasília, MEC, 2001.

________. **Lei N**º. **7853/89** - Dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social.

________. **Lei N**º.º **8069/90** - Estatuto da Criança e do Adolescente.

________. **Lei N**º. **9.394/96**. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

________. **Decreto Nº 186/08** - Aprova o texto da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e de seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova Iorque, em 30 de março de 200.

________. **Decreto N**º. **3.956/01** – (Convenção da Guatemala) Promulga a Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência

________. Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a **Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos – PROEJA.** Documento Base. Brasília, MEC, 2006

________. Parecer Conselho Nacional de Educação /Câmara do Ensino Superior Nº 436/2001. Brasília, MEC, 2001.

CARVALHO, Maria de Fátima. **Conhecimento e vida na escola***: convivendo com as diferenças*. Campinas: Autores Associados; Ijuí: Editora UNIJUÍ, 2006.

CONVENÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Carta para o Terceiro Milênio.** Tradução: Romeu Kazumi Sassaki, ONU, 1999.

________**Conferência Internacional do Trabalho.** Convenção sobre Reabilitação Profissional e Emprego de Pessoas Deficientes. ONU, 1983.

________ **Declaração de Salamanca.** Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais, ONU, 1996.

PALHANO, Eleanor Gomes da Silva - **Uma Alternativa Inclusiva Para Pessoas Com Deficiência** - UFPA/UNAMA, 2001.

SANTOS, Rosangela Pires dos.***Educação Inclusiva.***I Editora, São Paulo,2001.

SASSAKI, Romeu Kazumi. ***Vida Independente****: história, movimento, liderança, conceito, filosofia e fundamentos.* São Paulo: RNR, 2004.

________**Inclusão dá Trabalho**. Belo Horizonte: Armazém de Idéias, 2000.

________**Construindo uma Sociedade para Todos***,* Rio de Janeiro: Editora WVA, 1999.

________**Preparação para o trabalho e determinação das condições adequadas para o exercício satisfatório das atividades**. In: *Anais do Seminário sobre Profissionalização da Pessoa Deficiente: Bolsas de Trabalho.* São Paulo: APAE-SP, p. 1-18, 1986.

SILVA, Adriane Giugni da. **Formação Profissional***: Uma Alternativa Inclusiva Para Pessoas Com Deficiência* - UEPA/LEPED, 2001.

CENTRO-DIA – ESTRATÉGIA DE CONVIVÊNCIA E PERTENCIMENTO

Data de aceite: 01/04/2024

Maria Luisa dos Santos
Fonoaudióloga
Mestre em Educação Especial – Faculdade de Educação da USP
Servidora pública de carreira – Barueri/SP – Coordenadoria Técnica

RESUMO: O objetivo principal deste trabalho foi descrever a estrutura e rotinas das ações desenvolvidas no Centro-dia da Secretaria dos Direitos da Pessoa com Deficiência de Barueri através de uma abordagem qualitativa e de natureza aplicada, com as referências técnicas já desenvolvidas em campo. Neste sentido, referencia-se que, no Brasil, existem 18,6 milhões de pessoas com deficiência, cerca de 8,9% da população, segundo o Censo IBGE/2022 que demandam políticas públicas de atendimento nos diferentes setores sociais. Em 2011, foi instituído o Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência – Viver sem Limite, tendo, como uma de suas diretrizes, a implementação do Centro-dia, serviço voltado à pessoa com deficiência, na idade adulta, com o acesso destas pessoas às políticas de assistência social. O Centro-dia da Secretaria dos Direitos da Pessoa com Deficiência de Barueri, em São Paulo, foi implementado, como política de atendimento, em 2019, com foco no aspecto social e tendo como estratégia para a convivência e pertencimento das 270 pessoas do serviço, a oferta de passeios, oficinas culturais e de lazer, estabelecidas e gerenciadas por meio de equipe interdisciplinar. Destas 270, o predomínio significativo é de pessoas com deficiência intelectual (56,30%), seguido, em empate, as pessoas com deficiência múltipla e com transtorno do espectro autista, ambas modalidades com 16,40%. Enquanto serviço que adota e programa as ações, a considerar as demandas e os perfis das pessoas com deficiência adulta e, também, como perspectiva de consolidação de política pública para esta população, o Centro-dia tornado uma estratégia eficaz de atendimento e de visibilidade, passível de replicabilidade em culturas e realidades diferentes, na busca de para uma sociedade mais inclusiva.

PALAVRAS-CHAVE: Centro-dia, Convivência, Pertencimento, Inclusão e Deficiência

INTRODUÇÃO

Considerando a importância das temáticas relacionadas à rede de atenção à pessoa com deficiência, este trabalho se configura com relevância ao se prontificar a descrever a estrutura e rotinas das ações desenvolvidas no Centro-dia da Secretaria dos Direitos da Pessoa com Deficiência de Barueri através de uma abordagem qualitativa e de natureza aplicada, com as referências técnicas já desenvolvidas em campo. Para tanto, se faz de necessária a apresentação de informações e argumentações da legislação relacionadas ao serviço, aqui descrito e já instituído no município de Barueri.

Sabe-se que, atualmente, no Brasil, existem 18,6 milhões de pessoas com deficiência, cerca de 8,9% da população, segundo o Censo IBGE/2022, sendo a região sudeste a que teve o menor percentual de população com deficiência, com 8,2% e a região nordeste foi a região que teve o maior percentual de população com deficiência, sendo 10,3%, equivalente a 5,8 milhões de pessoas. Os dados de educação, trabalho e rendimento das pessoas com deficiência mostram que essa população ainda está muito menos inserida nas escolas e no mercado de trabalho do que o restante da população (BRASIL, 2022).

Este panorama demonstra que, no país, de forma gradativa, ainda há a necessidade de evolução das políticas públicas voltadas à pessoa com deficiência, nos diferentes setores da sociedade e nas diversas fases do desenvolvimento e da vida. Mas, historicamente, constata-se, em termos de política pública, um predomínio de ações e serviços de atendimento com foco em habilitação e reabilitação e destinados ao público infanto-juvenil.

Afinal, no decorrer das fases da vida da pessoa com deficiência, tem sido percebido um esvaziamento nas propostas de atendimento na área da saúde e, também, nos diferentes setores sociais, como esporte, cultura, trabalho e assistência.

O processo histórico de luta da pessoa com deficiência e sua família na busca de equiparação de oportunidades tem como resultado atual os progressos na inclusão escolar, na inserção de rotinas de atendimento na área da saúde e na lei que viabiliza o ingresso da pessoa com deficiência no mercado de trabalho. Ou seja, a exclusão e a dependência que as pessoas com deficiência passaram a experimentar no século XX, nos diferentes setores podem ter origem nesse rebaixamento das pessoas com impedimentos à categoria de “não-produtivos” e dependentes.

De acordo com Bernardes & Araújo (2012), o Brasil possui legislação e políticas específicas voltadas à população com deficiência, mas, no entanto, a caracterização da deficiência na legislação brasileira é baseada, predominantemente, no modelo médico de deficiência, pois se relaciona a um diagnóstico definido por profissionais de saúde, especialmente da classe médica. Entretanto, também, tem se percebido que, na legislação mais recente, que o modelo social de deficiência tem influenciado a elaboração de leis e normas e, consequentemente, o desenho das políticas públicas.

Nesta perspectiva, é de fundamental importância a apresentação das conceituações e tipos de deficiência considerados no decorrer da história, como as apontadas no Decreto nº 5296 (2004), em seu Art. 5º que pessoa com deficiência se refere à que possui limitação ou incapacidade para o desempenho de atividade, como a deficiência física, auditiva, visual, mental e múltipla. Torna-se necessária a orientação técnica da Declaração de Montreal (2004) para referência de terminologia de deficiência intelectual por se tratar do aspecto cognitivo.

Outra legislação importante refere-se à Lei nº 12.764 (2012) que institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com TEA e considera em Art. 1º que a pessoa com transtorno do espectro autista é considerada pessoa com deficiência, para todos os efeitos legais. De acordo com a Lei Brasileira de Inclusão – LBI (2015), destinada a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, aponta no seu Art. 2º que se considera pessoa com deficiência a que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras.

Considerando o Decreto nº 7.612 de 2011, que institui o Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência – Plano Viver sem Limite, em seu eixo de inclusão social, busca a ampliação do acesso das pessoas com deficiência às políticas de assistência social, com finalidade de promover, por meio da integração e articulação de políticas, programas e ações, o exercício pleno e equitativo dos direitos das pessoas com deficiência (BRASIL, 2011).

Ainda segundo este decreto, em seu Art.2º, a definição de pessoas com deficiência também se identifica com a considerada na Lei Brasileira de Inclusão (2015).

Considerando as diversas demandas de direitos e necessidades da pessoa com deficiência, os estados e municípios da federação brasileira, a partir destes marcos legais, têm o dever de construção de políticas públicas com vistas a favorecer a participação plena e efetiva da pessoa com deficiência na sociedade, em igualdade de condições, com as demais pessoas.

Esta propositura tem com base, ainda, as normativas da primeira referência técnica e operacional para a construção de estruturas e equipamentos voltados ao atendimento da pessoa com deficiência, no âmbito municipal, apontados no Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência – Viver sem Limite, por meio do Decreto nº 7612 (2011).

Uma das diretrizes deste plano, aos municípios com adesão a ele, refere-se à ampliação do acesso das pessoas com deficiência às políticas de assistência social, no eixo de atuação voltado à inclusão social que inclui, enquanto política pública a ser implementada, o Benefício de Prestação Continuada relacionado ao Trabalho (BPC Trabalho), as Residências Inclusivas (RI) e os serviços em Centro-dia de Referência para pessoas com deficiência.

Neste sentido, o Centro-dia, segundo o Plano Viver sem Limite, é uma unidade pública especializada que atende jovens e adultos com deficiência que não têm autonomia e dependem de outras pessoas, por meio de acolhida, escuta, informação, orientação e oferta de cuidados cotidianos, além de apoio às famílias no exercício da função protetiva, fortalecendo as redes comunitárias (BRASIL, 2011).

METODOLOGIA

Para o desenvolvimento deste trabalho, o objetivo traçado quanto à pesquisa refere-se a descrever a estrutura e rotinas das ações desenvolvidas no Centro-dia da Secretaria dos Direitos da Pessoa com Deficiência de Barueri através de uma abordagem qualitativa e de natureza aplicada quanto ao serviço, aqui descrito e já instituído, no município de Barueri.

Barueri, município da região metropolitana da cidade de São Paulo, com a população de 316.473, segundo o Censo 2022, aderiu ao Plano Viver sem Limite, em 2013, por meio da Secretaria dos Direitos da Pessoa com Deficiência (SDPD), instituída em 2010, por Lei Complementar nº 256, de 18 de agosto de 2010 e com denominação de "*Vereador Isaias Pereira Souto*" pela Lei Municipal nº 2.555, de 14 de setembro de 2017.

A missão da SDPD busca contribuir para a melhoria da qualidade de vida das pessoas com deficiência (física, auditiva, visual, intelectual, múltipla e transtorno do espectro autista) e de seus familiares. Para isso, formula e executa políticas públicas e propõe diretrizes de atenção para este público, visando sua inclusão social. Assim, promove espaços inclusivos para a pessoa com deficiência e estimula e apoia a implementação de melhorias nas áreas básicas de saúde, educação, mercado de trabalho, lazer, esporte e cultura, visando o exercício pleno da cidadania. A base de dados das pessoas com deficiência do município está vinculada à SDPD que possui um Sistema Informatizado de Gestão de Apoio à Pessoa com Deficiência (GAPD) que, além de quantificar o número de público no município, também, possui as características de um prontuário eletrônico, cujo objetivo tanto refere-se aos registros quanto ao estabelecimento do perfil da pessoa com deficiência de Barueri. Neste sistema, com base em agosto/2023, existem 9314 pessoas cadastradas.

Baseado no Plano Viver sem Limite, além da implementação de uma Residência Inclusiva no município pela Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social (SADS), Barueri, por intermédio da SDPD, instituiu, em 2019, o Centro-dia, como composição da rede de atenção e cuidado à pessoa com deficiência.

Assim, o Centro-dia municipal corresponde ao serviço voltado à pessoa com deficiência em fase adulta, com ingresso, a partir dos 18 anos de idade, a considerar os apontamentos técnicos verificados no acolhimento, com foco essencialmente social.

Atualmente, este serviço possui 270 pessoas com deficiência participantes das ações desenvolvidas no Centro-dia. Destas 270, o predomínio significativo é de pessoas com deficiência intelectual (56,30%), seguido, em empate, as pessoas com deficiência múltipla e com transtorno do espectro autista, ambas modalidades com 16,40%.

Modalidades de deficiência	Quantitativo	Percentual
Deficiência Auditiva (DA)	3	1,10%
Deficiência Física (DF)	22	8,20%
Deficiência Intelectual (DI)	153	56,30%
Deficiência Múltipla (DMúltipla)	44	16,40%
Transtorno do Espectro Autista (TEA)	44	16,40%
Deficiência Visual (DV)	4	1,50%
Total	**270**	**100,00%**

Tabela 1. Quantitativo e percentual das modalidades de deficiência do Cento-dia da SDPD/Barueri

Fonte: SDPD/agosto/2023

A elegibilidade para o serviço é realizada por profissionais da área técnica que compõem a equipe interdisciplinar, na perspectiva de se analisar as ações a serem desenvolvidas junto ao usuário deste serviço, a considerar as fragilidades e as demandas sociais e de convivência, que irão compor o Plano Terapêutico Singular (PTS). A rotina de atendimento a ser desenvolvida pode ser realizada com a frequência de um a cinco dias na semana e com a duração de uma a quatro horas por dia, de acordo com a necessidade de intensividade do serviço com vistas à complexidade do caso e do aspecto social.

A equipe interdisciplinar, atualmente, possui profissionais ingressantes de concurso público municipal, nas áreas da Terapia Ocupacional, Psicologia, Psicopedagogia, Pedagogia, Instrutor Musical e Profissionalizante, além do suporte de Cuidador, todos com orientação e discussão técnicas, na perspectiva do trabalho, sob a coordenação técnica.

O Centro-dia oferece como estratégias para a convivência, com foco no social, passeios e oficinas culturais e de lazer desenvolvidas, de forma coletiva, por meio dos profissionais da equipe técnica. Como composição destas estratégias englobam:

- Oficina de Culinária – ação voltada ao desenvolvimento de receitas e preparos de alimentos que são consumidos na própria oficina serviço ou replicados nas residências dos usuários do serviço;
- Oficina de Jogos – atividade desenvolvida com o apoio de jogos de tabuleiro, de papel e os estruturados, em grupo, com foco na interação;
- Oficina de Canto/Coral – ação com o apoio da música e, também, dos recursos da comunicação aumentativa/alternativa para os casos mais agravados;
- Oficina de Cuidados Pessoais – atividade com foco no desenvolvimento de habilidades do auto e hetero-cuidado corporal e da beleza;
- Oficina de Linhas – ação voltada à aprendizagem de confecção de peças por meio do uso do tricô e do crochê;
- Oficina Corporal – atividade desenvolvida a partir e com o corpo, seja pela dança ou alongamento;

- Projeto Potencialidades – ação composta por duas Oficinas:
    - Oficina de Encadernação – atividade voltada a confecção de artigos de papelaria, como cadernetas, envelopes, entre outros;
    - Bazar Circular – ação destinada ao desenvolvimento de habilidades de comunicação, interação, além de organização e troca de peças de vestuário e acessórios doadas junto às pessoas que acessam o Bazar Circular;
- Oficina Audiovisual – atividade voltada aos registros visuais e auditivos do cotidiano do serviço, além do desenvolvimento de *PodCast* com temáticas relacionadas aos eventos, ações, atividades e rotinas da SDPD e do município;
- Oficina Assembleia – espaço voltado às reflexões e discussões sobre situações, ocorrências e decisões coletivas a partir de apontamentos dos componentes do coletivo;
- Oficina de Teatro – atividade com foco no desenvolvimento das habilidades corporais, de comunicação, de interação, de expressão, além da ampliação de vocabulário;
- Oficina de Música – ação de desenvolvimento de interesses e contatos, a partir da música;
- Oficina Grupo de Famílias – ação com foco e suporte aos familiares e cuidadores da pessoa com deficiência;
- Passeios: o foco destas ações refere-se às saídas e descobertas de espaços diferentes do próprio município e de outros locais, com fins de lazer, como a Praia Acessível – praia que disponibiliza em seu espaço a *cadeira anfíbia* para que a pessoa com deficiência física que utiliza a cadeira de rodas adentre ao mar;
- Ações Comemorativas – as ações englobam Festa Junina, Caminhadas em comemoração às datas específicas, Baile Inclusivo, Carnaval da cidade, entre outras, sendo todas realizadas de forma inclusiva, com a participação de pessoas com ou sem deficiência.

Importante ressaltar que a modalidade de atendimento às pessoas com deficiência do Centro-dia da SDPD, de forma predominante, refere-se ao atendimento presencial, em função do objetivo de convivência e de estabelecimento de vínculo. Porém, após a liberação para as atividades presenciais, em função do período de isolamento social decorrente da COVID-19, este serviço, com a experiência de ter ofertado oficinas online, via teleatendimento, naquela ocasião, continua a desenvolver oficinas e passeios virtuais, como composição da grade de ações dispensadas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da prática e do desenvolvimento das ações relacionadas ao Centro-dia, pode-se constatar que, aos poucos, o serviço tem se configurado como espaço de convivência, de pertencimento e de fortalecimento da luta anticapacitista, no sentido de possibilitar a interrelação social da população adulta com deficiência, visto que se trata, atualmente, a única política de atendimento a este público.

Como estratégia de atendimento técnico em equipe interdisciplinar, o Centro-dia, também, tem se configurado com uma possibilidade de construção e desenvolvimento de abordagens e intervenções técnicas, de forma conjunta na estruturação e desenvolvimento de práticas e saberes inerentes à pessoa com deficiência.

Assim, esta pauta tem se tornando eminente à medida em que se observa os aspectos relacionados ao tempo de vida da pessoa com deficiência e à pirâmide atual, segundo do Censo 2022 do IBGE referente à população brasileira, onde se concentram os marcadores nas idades a partir dos 10 aos 34 anos.

Enquanto serviço que adota e programa as ações, a considerar as demandas e os perfis das pessoas com deficiência adulta e, também, como perspectiva de consolidação de política pública para esta população, o Centro-dia tornado uma estratégia eficaz de atendimento e de visibilidade, passível de replicabilidade em culturas e realidades diferentes, na busca de para uma sociedade mais inclusiva.

REFERÊNCIAS

BARUERI. Lei Complementar nº 256, de 18 de agosto de 2010, que dispõe sobre a criação da Secretaria dos Direitos da Pessoa com Deficiência.

________. Lei Municipal nº 2.555, de 14 de setembro de 2017, que denomina a Secretaria dos Direitos da Pessoa com Deficiência como "Vereador Isaías Pereira Souto".

BERNARDES, L.C.G.; ARAÚJO, T.C.C.F. Deficiência, políticas públicas e bioética: percepção de gestores públicos e conselheiros de direitos. Ciênc. saúde coletiva 17 (9), set 2012.

BRASIL. Cartilha Plano Viver sem Limite, 2011. Disponível em Cartilha_Plano_Viver_sem_Limite.pdf (www.gov.br). Pesquisado em 02/09/2023.

________. Casa Civil. Decreto nº 5.296, de 02 de dezembro de 2004, que regulamenta as Leis nºs 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida.

________. Casa Civil. Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre os planos de benefícios da Previdência Social.

________. Casa Civil. Decreto nº 7.612, de 17 de novembro de 2011, que institui o Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência – Viver sem Limite.

________. Casa Civil. Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012, que institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista.

________. Casa Civil. Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).

________. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Disponível em https://www.ibge.gov.br. Pesquisado em 02/09/2023.

CESÁRIO, J.M.S. et al. Metodologia científica: Principais tipos de pesquisas e suas caraterísticas. Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento. Ano 05, Ed. 11, Vol. 05, pp. 23-33, novembro de 2020. ISSN: 2448- 0959, Link de acesso: https://www.nucleodoconhecimento.com.br/educacao/tipos-depesquisas. Pesquisado em 02/09/2023.

OPS/OMS. Declaração de Montreal sobre a Deficiência Intelectual. Montreal, Canadá, 2004.

PROJETO UM PONTO UM NOVO HORIZONTE: CROCHÊ PARA MULHERES EM VULNERABILIDADE SOCIAL

Data de aceite: 01/04/2024

Deniza Luiza Adorno
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso, Campus Barra do Garças, Mato Grosso, Brasil
http://lattes.cnpq.br/9664960224476997

Isolete Cristina Pereira
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso, Campus Barra do Garças, Mato Grosso, Brasil
https//lattes.cnpq.br/030074040187730808

Wanderson Tadeu Araujo dos Santos
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso, Campus Barra do Garças, Mato Grosso, Brasil
http://lattes.cnpq.br/3983132361299795

RESUMO: Esse trabalho consistiu em uma ação de extensão do IFMT – Campus Barra do Garças, referente ao Edital nº 51/2022, cujo como objetivo era capacitar mulheres em vulnerabilidade social na cidade de Barra do Garças. As mulheres receberam todo material e capacitação necessária para o aprendizado e todas as peças produzidas poderiam ser comercializadas.

PROJECT ONE POINT A NEW HORIZON: CROCHET FOR WOMEN IN SOCIAL VULNERABILITY

ABSTRACT: This project consisted of an extension action by IFMT - Campus Barra do Garças, related to the Edital 51/2022, aimed at empowering women in social vulnerability in the city of Barra do Garças. The women received all necessary materials and training for learning, and all produced pieces could be commercialized.

INTRODUÇÃO

A gestão de um projeto social consiste em orientar a obter e buscar coerência em ações integradas para a busca de resultados efetivos que possam, de algum modo, suprir necessidades e modificar, em parte, uma realidade social. Projetos sociais são essenciais para qualificar a ação social organizada em prol da elevação da qualidade de vida e do fortalecimento da cidadania dos setores excluídos da sociedade brasileira (Armani, 2006).

Diante das demandas sociais que se apresentam, percebe-se a importância de despertar a sociedade para a seriedade do movimento inclusivo, no intuito de garantir a efetivação das políticas públicas de afirmação e inclusão no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso, para o atendimento às mulheres em vulnerabilidade social, promovendo o desenvolvimento educacional, social e econômico das mulheres atendidas.

Vale destacar a importância de ações como esta, pois o ponto principal no desenvolvimento das mulheres é confiar-lhe, na medida do possível, a elevação da autoestima e autoconfiança. Ao incumbir-lhe uma tarefa, deve-se deixar bastante espaço para esse tipo de crescimento, considerando os parâmetros de custo, qualidade e prazo, bem como o financeiro. Dessa forma essas atitudes são positivas, pois o trabalho favorece a disciplina, aumenta as forças do corpo, possibilita uma aptidão, traz ao indivíduo o reconhecimento e poder aquisitivo, criando, assim, o amor ao hábito de trabalhar, evitando ociosidade. O trabalho é um instrumento estruturador que proporciona um crescimento pessoal, profissional e intelectual, permitindo a reconstrução da vida, a confiança em si mesmo e o resgate da autoestima.

O projeto de extensão, realizado durante o ano de 2022, "Um ponto, um novo horizonte", consistiu num projeto de arte e socialização, que ensinou técnicas de crochê a mulheres em vulnerabilidade social do Centro de Referência e Assistência Social (CRAS) na cidade de Barra do Garças MT.

A justificativa e relevância deste projeto se elenca no reflexo imediato que este impacta, já que ocupa o tempo e a mente das mulheres, diminuindo a ansiedade e proporcionando o retorno financeiro que as incentiva. De acordo com Lemes e Pereira (2020, p.188), o crochê "[...] traz independência financeira e afirma o papel dessas mulheres como chefes de família". Além disso, o momento de aprendizado da arte foi utilizado também como uma oportunidade de ouvir essas mulheres e proporcionar a elas um momento de lazer, já que a técnica é extremamente relaxante. O projeto teve como objetivos integralizar momentos de aprendizado com entretenimento e reflexão sobre valores sociais, para desenvolver o empoderamento feminino tanto social quanto financeiro, além de convívio social. A extensão desse feito, eleva o IFMT aos níveis de preocupação com a sociedade vulnerabilizada e carente de atenção e humanização.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para alcançar os objetivos do projeto, foi realizada pesquisa do tipo descritiva, tendo como método a pesquisa de campo, utilizando abordagem qualitativa.

O curso de crochê ofertado utilizou a abordagem metodológica de exposição dialogada, aulas práticas, produção de vídeos, dinâmicas de grupo e momentos de reflexão. Desenvolvido de forma presencial, em sala disponibilizada pelo CRAS, no bairro Santo

Antônio, em Barra do Garças, MT, com duração de seis meses, envolvendo as temáticas específicas, contempladas em conteúdos teóricos e práticos, que totalizaram quatro horas semanais em um dia da semana.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

O projeto realizou um curso de extensão para ensinar crochê para mulheres em situação de vulnerabilidade social em Barra do Garças-MT, envolvendo a comunidade externa, servidores e alunos do IFMT Campus Barra do Garças. O projeto levou formação técnica artesã, além de arte, cultura e educação para as mulheres do CRAS. O tempo dedicado às aulas contribuiu para a ressocialização e geração de fonte de renda, além de ajudar no desenvolvimento da concentração motora por meio de uma terapia ocupacional e manual. A prática do crochê traz benefícios para o corpo e mente, por ser uma atividade manual, requer muita concentração, e o exercício de repetição com as mãos estimula a concentração, baixando assim a pressão sanguínea e consequentemente nos fazer sentir mais relaxados e também menos ansiosos.

Foram aprovadas vinte e duas alunas, oito desistiram no início, tentamos contato, mas algumas estavam com problemas familiares. Todas as alunas aprovadas conseguiram aprender e desenvolver a técnica do crochê com êxito. Durante o projeto e desenvolvimento das aulas, percebemos que além do aprendizado de um trabalho manual, elas tiveram a oportunidade de conversar, se distrair e fazer novas amizades. A maioria das mulheres atendidas apresentavam necessidade ocupar o tempo com alguma atividade prazerosa, algumas, já idosas, estavam sempre presentes e diziam que em casa ficavam sozinhas, então aquele era o momento de encontrar outras pessoas, conversar e distrair.

A partir da produção das peças de *souplast*, elas conseguiram também fazer outros tipos de trabalho, como tapetes, caminho de mesa, forros, bolsas, etc. O projeto proporcionou diversas oportunidades de aprendizado e uma vasta produção de diferentes produtos, pelo simples aprendizado de apenas um tipo de artesanato. Durante o curso aprenderam diferentes técnicas e pontos que podem ser usados para fazer qualquer modelo de artesanato em crochê. Além de gerador de renda, o projeto também colaborou pela diminuição da ociosidade, bem como se mostrou um ponto positivo para o combate à ansiedade e ponto fundamental de motivação. Ao final, algumas alunas já tinham conseguido vender suas peças. Ademais, outras se destacaram, produzindo peças de qualidade e com acabamento profissional, o que valorizou a peça no preço de venda.

Com todas as peças produzidas, marcamos a venda e exposição. As alunas conseguiram uma barraca na feira da cidade de Pontal do Araguaia-MT, que aconteceu no dia sete de março de 2023, como apresenta a Figura 1. A feira foi um momento de levar o IFMT – Campus Barra do Garças à comunidade. Infelizmente não conseguimos expor os trabalhos na feira da cidade de Barra do Garças, tentamos contatar os responsáveis, porém não obtivemos sucesso.



Figura 1 – Alunas recebendo o kit para a produção das peças em crochê

Fonte: Autoria Própria (2023)



Figura 2 – Participação das alunas no curso Um ponto, Um Novo Horizonte

Fonte: Autoria própria (2023)



Figura 3 – Exposição e venda das peças do curso Um ponto, Um Novo Horizonte na Feira Municipal de Pontal do Araguaia-MT

Fonte: Autoria própria (2023).

CONCLUSÃO

Os resultados foram alcançados, pois ao final do curso, as alunas estavam preparadas com conhecimento básico sobre a confecção de peças em crochê e educação financeira, aprendendo análise financeira dos custos e benefícios do seu trabalho. Dessa forma, o curso contribuiu para a inclusão sócio produtiva e desenvolvimento de habilidades transformadoras da vida das mulheres e comunidade em que vivem, assim como a inserção na sociedade com um trabalho gerador de renda.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos aos colaboradores do projeto Wanderson Tadeu Araújo dos Santos e Lucia Nunes Soares; à coordenação do CRAS da cidade de Barra do Garças que disponibilizou o espaço físico para a execução do projeto; o apoio da Chefe de Cultura da cidade de Pontal do Araguaia, Maria Nazaré Araújo dos Santos.

Por fim, agradecemos à taxa de bancada obtida via Edital nº 51/2022 - Programa de Extensão Teresa de Benguela, ofertado pelo IFMT.

REFERÊNCIAS

ARMANI, Domingos. **Como elaborar projetos?** Guia prático para elaboração e gestão de projetos sociais. Porto Alegre: Tomo, 2006.

LEMES, Bianca Xavier; PEREIRA, Andréa Franco. Tecer e empoderar: as entrelinhas do saber-fazer do crochê de um grupo de mulheres artesãs. **Multitemas,** [*S. l.*], v. 21, n. 59, p. 169–190, 2020. Disponível em: https://www.multitemas.ucdb.br/multitemas/article/view/2704. Acesso em: 26 set. 2023.

SOBRE A ORGANIZADORA

ROSANA MARIA DOS SANTOS: Doutoranda e mestra em história pelo Programa de Pós-graduação em História, na linha de pesquisa cultura, patrimônio e memória, da Universidade Federal Rural de Pernambuco. É especialista em história do Nordeste do Brasil pela Universidade Católica de Pernambuco e especialista em turismo e patrimônio pela Faculdade Frassinetti do Recife, com pesquisas inseridas no campo dos estudos culturais. Graduada em história (licenciatura e bacharelado) pela Universidade Federal de Pernambuco e graduada em gestão de turismo pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco.

ÍNDICE REMISSIVO

Inclusão em ação:

promovendo
a **diversidade**
e a **igualdade**

3

www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br
@atenaeditora
www.facebook.com/atenaeditora.com.br

Atena
Editora
Ano 2024

Inclusão em ação:

promovendo
a **diversidade**
e a **igualdade**

3

www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br
@atenaeditora
www.facebook.com/atenaeditora.com.br

Atena
Editora
Ano 2024